

O perigo dos modelos prontos de redação

Professor Filipe - 14/08/24

Professor, como eu faço para tirar 200 pontos na Competência 3? Faço meu projeto de texto, anuncio meus argumentos na introdução, falo deles nos desenvolvimentos e recupero minha argumentação na conclusão, mas ainda assim não consigo tirar nota máxima nessa competência. Nesta aula, vamos ver que, mais do que um projeto de texto organizado, precisamos também de um projeto de texto COERENTE! E sabem qual é a maior falha dos modelos prontos? A falta de coerência! Por isso, a partir de alguns exemplos, vamos analisar como frases prontas muitas vezes geram generalizações e equívocos na nossa argumentação. É preciso pensar o texto como um todo, e não como um exercício de preencher lacunas.

eu decorando um modelo pronto de redação 4 horas antes do enem



Parte I – A competência III e a coerência

O QUE É COERÊNCIA?

A **coerência** se estabelece por meio das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada ao entendimento e à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá compreender esse texto, refletir a respeito das ideias nele contidas e, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar e até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

Fonte: Cartilha A redação no Enem 2020, pág. 21

Vejamos agora alguns exemplos de parágrafos, elaborados a partir do tema do Enem 2020, “O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira:

Parágrafo 1:

“É indubitável, diante dessa perspectiva, que a insuficiência legislativa esteja entre as causas do problema. Segundo o escritor Umberto Eco, “para ser tolerante, é preciso fixar os limites do intolerável”. Nesse sentido, percebe-se uma lacuna, explicitada pela falta de uma legislação adequada. Assim, sem base legal, ações de remediação são impossibilitadas, o que acaba por agravar ainda mais a questão das marcas deixadas por doenças mentais. Com isso, o número de pessoas com tais problemas só tende a crescer se não houver intervenções, afetando não só a vida dos indivíduos, mas também a economia.”

Parágrafo 2:

“Outrossim, a insuficiência legislativa é outra barreira no que tange à questão do estigma associado às doenças mentais. O filósofo John Locke defende que “as leis fizeram-se para os homens, e não para as leis”. Ou seja, ao ser criada uma norma, é preciso que ela seja planejada para melhorar a vida das pessoas em sua aplicação. Contudo, em relação ao estigma associado às doenças mentais, a legislação não tem sido suficiente para a resolução do problema.”



gustavo 🦜
@GusFreits



Essa com toda certeza foi a redação mais Frankenstein que já fiz na vida, NENHUM parágrafo foi original, só reciclei coisa de temas anteriores

Foda é que agora eu não tenho nem noção se ficou boa (ou fez sentido)

6:39 PM · 27 de set de 2020 · Twitter for Android

Parágrafo 3:

“Em primeiro plano, é fulcral pontuar que o silenciamento social é um fator determinante para a persistência do impasse. O filósofo Foucault defende que, na sociedade pós-moderna, alguns temas são silenciados para que as estruturas de poder sejam mantidas. Sob esse viés, percebe-se uma grande lacuna no que se refere ao debate em torno do estigma associado às doenças mentais, que tem sido emudecido. Assim, sem diálogo sério e massivo sobre o problema, sua resolução é impedida.”

Em outras palavras:

“Em primeiro plano, é fulcral pontuar que o silenciamento social é um fator determinante para a persistência do impasse. O filósofo Foucault defende que, na sociedade pós-moderna, alguns temas são silenciados para que as estruturas de poder sejam mantidas. Sob esse viés, percebe-se uma grande lacuna no que se refere ao debate em torno do **INSIRA O TEMA AQUI (E SE FERRE!)**, que tem sido emudecido. Assim, sem diálogo sério e massivo sobre o problema, sua resolução é impedida.”

O QUE ESSES MODELOS PRONTOS NOS MOSTRAM?

- 1) Por terem como objetivo a aplicação em diferentes temas, o nível da argumentação fica extremamente superficial, pois é impossível argumentar com propriedade e profundidade sobre diferentes temas a partir de frases e repertórios de sentido amplo. Aliás, é justamente por serem AMPLOS que os modelos prontos não permitem trabalhar o tema com PROFUNDIDADE. Ou seja, o modelo pronto não convence o leitor!
- 2) Por serem organizados em uma estrutura de “preencher lacunas”, os modelos prontos geralmente fazem com que o candidato se preocupe apenas com aquilo que deverá preencher nestas lacunas, sem observar as frases que estão no entorno delas e, conseqüentemente, sem verificar se o texto final está ou não coerente.
- 3) O ganho de tempo que o modelo pronto nos oferece pode se transformar em perda de tempo caso percebamos, no meio da prova, que nosso modelo não se encaixa bem no tema proposto. Nesse caso, a tendência do candidato é se irritar por ver sua estratégia não funcionar e por não conseguir recorrer a nenhuma outra carta na manga, visto que apostava todas as suas fichas em seu modelo.

VALE A PENA CORRER TODOS ESSES RISCOS?

Parte II – O modelo pronto e o comprometimento do projeto de texto

O QUE É PROJETO DE TEXTO?

Projeto de texto é o planejamento prévio à escrita da redação. É o esquema que se deixa perceber pela organização estratégica dos argumentos presentes no texto. É nele que são definidos quais os argumentos que serão mobilizados para a defesa de sua tese e qual a melhor ordem para apresentá-los, de modo a garantir que o texto final seja articulado, claro e coerente. Assim, o texto que atende às expectativas referentes à Competência 3 é aquele no qual é possível perceber a presença implícita de um projeto de texto, ou seja, aquele em que é claramente identificável a estratégia escolhida por quem está escrevendo para defender seu ponto de vista.

Vejamos agora o texto abaixo, elaborado a partir do tema “Formas de combate aos maus-tratos a animais no Brasil”

“Na mitologia grega, Sísifo foi condenado por Zeus a rolar uma enorme pedra morro acima eternamente. Todos os dias, Sísifo atingia o topo do rochedo, contudo era vencido pela exaustão, assim a pedra retornava à base. Hodiernamente, esse mito assemelha-se à luta cotidiana contra os maus-tratos a animais em território brasileiro. Nesse contexto, não há dúvidas de que o combate aos maus-tratos é um desafio no Brasil o qual ocorre, infelizmente, devido não só a falta de debate, mas também a injustiça.

Dessa forma, em primeira análise, a falta de debate é um desafio presente no problema. Djamila Ribeiro explica que é preciso tirar uma situação da invisibilidade para que soluções sejam promovidas. Porém, há um silenciamento instaurado na questão do combate aos maus-tratos a animais no Brasil, visto que, de acordo com o Ibope Inteligência, 92% dos brasileiros admitem já ter presenciado maus-tratos, mas apenas 17% dizem ter feito alguma denúncia. Assim, urge tirar essa situação da invisibilidade para atuar sobre ela, como defende a pensadora.

Além disso, é preciso atentar na impunidade presente na questão. Nessa perspectiva, a máxima de Martin Luther King de que “a injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo lugar” cabe perfeitamente, visto que, maus-tratos a animais no Brasil é considerado crime diante da Lei de Crimes Ambientais e, mesmo assim, muitas pessoas presenciam tal atitude e poucas denunciam. Desse modo, tem-se como consequência a generalização da injustiça no que tange às formas de combate aos maus-tratos a animais.

Portanto, é imprescindível atuar sobre esse problema. Para isso, o Poder Público deve criar políticas públicas, por meio de investimentos em campanhas de incentivo à adoção de animais e doação de alimentos, a fim de reverter a situação de invisibilidade que impera. Tal ação, pode, ainda, contar com pesquisas públicas para entender e priorizar as reais necessidades dos animais e da população. Paralelamente é preciso intervir sobre a injustiça presente no problema. Dessa forma, será possível tornar os preceitos da Lei de Crimes Ambientais uma realidade mais próxima.”

Parte III – Como o Enem avalia textos modelo?

1	O principal marco da redemocratização, a Constituição Federal promulgada em 1988, garante o acesso
2	à educação, à segurança e ao bem-estar social a todos os brasileiros. Infelizmente, entretanto, os desafios
3	para a valorização de comunidades e povos tradicionais impedem que os preceitos da Constituição sejam
4	cumpridos. Apesar de esforços para atenuar essa condição, os estigmas à esses habitantes ainda
5	estão presentes no contemporâneo. Pode-se dizer, então, que, dentre os principais responsáveis pelo
6	quadro, cabe destacar a lacuna educacional e a omissão governamental.
7	Nesse contexto, entende-se que o ensino de qualidade está diretamente ligado às singularidades
8	culturais. Perceba disso, para o pedagogo Paulo Freire, "se a educação sorjinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda", ou seja, a pedagogia alinhada à comunidade detém o poder
9	de combater os preconceitos aos conhecimentos tradicionais e informar a população a respeito da preservação
10	do patrimônio cultural nacional. No Brasil, contudo, grande parte das instituições de ensino
11	não priorizam o desenvolvimento de suas funções sociais, já que, segundo Freire, estão limitadas
12	à prática conteudista. Nesse modo, os cidadãos originários são desvalorizados no meio social, dado
13	que a educação, desde sua base, não trata os costumes tradicionais, como a pesca e o extrativismo,
14	com a devida relevância.
15	
16	Ademais, é válido apontar que a negligência das autoridades políticas é um motivador da problemática
17	cultural. Sob esse aspecto, de acordo com o filósofo Thomas Hobbes, em seu livro <i>Leviatã</i> , é
18	dever do Estado proporcionar meios para o progresso do corpo social. A máxima do autor, todavia, não se
19	aplica aos cotidianos brasileiros, visto que os territórios indígenas estão sob constante ameaça das
20	empresas de apropriação e de exploração de recursos naturais, mediante a falha legislação
21	vigente, que não protege com eficiência os grupos minoritários. Dessa maneira, o Poder Executivo
22	não promove medidas eficazes para solucionar o entrave, o que impede as associações tra-
23	dicionais, como os quilombolas e o ribeirinhos, de conviverem com a natureza de forma harmônica.
24	Inferi-se, portanto, a presença de lacunas soluções necessárias para a questão. Para tal, é de im-
25	portância impor que o Ministério da Educação, órgão máximo da pedagogia nacional, desenvolva um
26	projeto de feiras culturais sobre os conhecimentos próprios dos povos tradicionais, com o debate em
27	regestores públicos e os participantes, bem como, a permanente presença de influenciadores para
28	vidências chamar a atenção dos envolvidos e dar exemplar de punições à discriminação
29	cultural. Esse projeto deverá ser custeado por meio de taxas à iniciativa privada, a fim de pre-
30	servar a diversidade de saberes nacionais e garantir os direitos da Carta Magna.

COMPETÊNCIA I

← NÍVEL 4

A redação é avaliada no **nível 4** porque, embora apresente **estrutura sintática excelente** com apenas uma falha, verificam-se **poucos desvios**. A estrutura sintática apresenta períodos completos, elaborados com a complexidade esperada em uma estrutura sintática excelente, com subordinações e orações intercaladas, o que garante fluidez às ideias, apresentando apenas uma falha gerada por **ausência de elemento sintático** (l. 29, “[...] por meio de taxas [aplicadas?] à iniciativa privada [...]”). Os desvios correspondem a problemas de **crase** (l. 4, “[...] os estigmas à [a] esses habitantes [...]”); de **maiúscula/minúscula** (l. 8, Se/se); de **regência** (l. 10, “[...] combater os preconceitos aos [contra os] conhecimentos tradicionais [...]”; l. 19, “[...] os territórios indígenas estão sobre [sob] constante ameaça [...]”); de **grafia** (l. 14, estrativismo/extrativismo; l. 16, autoridades/autoridades; l. 28, discriminação/discriminação); de **concordância** (l. 23 “[...] o[s] ribeirinhos [...]”; e de **pontuação** (separação de conjunção aditiva e oração por ela introduzida na l. 27, “[...] bem como, a presença de influenciadores [...]”). A redação não é avaliada no nível 3 porque não apresenta estrutura sintática regular e alguns desvios. Não é avaliada no nível 5 porque não apresenta, no máximo, dois desvios.

COMPETÊNCIA III

← NÍVEL 4

A redação é avaliada no **nível 4** porque **aborda o tema de forma completa**, apresenta **projeto de texto com poucas falhas e desenvolvimento de informações, fatos e opiniões com poucas lacunas**. Quanto ao **projeto de texto**, o participante defende a tese de que há desafios para a valorização dos povos tradicionais devido aos estigmas carregados por esses grupos, elencando dois pontos necessários para discutir a questão: a lacuna educacional e a omissão governamental. O primeiro ponto é discutido ao longo do segundo parágrafo, no qual ele evidencia a diferença entre uma pedagogia voltada às funções sociais e outra voltada ao conteudismo, a qual, segundo ele, é priorizada no contexto brasileiro. A seguir, trata do segundo ponto, apontando como a negligência do Estado permite que os povos vivam sobre constante ameaça, sem que sejam propostas medidas eficazes de solução. Por fim, sugere ações do Ministério da Educação, cuja finalidade seria o desenvolvimento de feiras culturais. No entanto, observa-se que o projeto apresenta poucas falhas de seleção de informações, porque a discussão sobre as ameaças vivenciadas pelos povos tradicionais, discutida ao longo do terceiro parágrafo, não é retomada ao longo da construção das propostas interventivas. Quanto ao **desenvolvimento**, nota-se que a maior parte das informações, fatos e opiniões é desenvolvida, como se observa no segundo parágrafo, em que o participante explica a pedagogia alinhada às ideias de Paulo Freire e faz relações com o projeto de ensino das instituições no país; também nesse mesmo parágrafo ele fundamenta a ideia de que a falta de educação de base tira a relevância de ações ligadas aos costumes de povos tradicionais. Ainda assim, há poucas lacunas, como se verifica na linha 20, em que o participante traz a ideia de que há falhas na legislação, mas não explicita ou fundamenta como essa falha se dá, cabendo ao leitor preencher tais informações. Outra lacuna está na proposta de intervenção, pois o participante não explica o papel dos influenciadores em relação às informações apresentadas ao longo da redação. A redação não é avaliada no nível 3 porque não tem projeto de texto com algumas falhas e não apresenta desenvolvimento de informações, fatos e opiniões com algumas lacunas. Não é avaliada no nível 5 porque não possui projeto de texto estratégico e não apresenta desenvolvimento de informações, fatos e opiniões em todo o texto.

Parte IV – Correção de redação

meSalva! Corrigir ao vivo, por favor

PROPOSTA DE REDAÇÃO

O aumento dos golpes financeiros na internet

Instruções:
Utilize, preferencialmente, caneta azul ou preta;
Se desejar usar um título, escreva-o na primeira linha;
Respeite as margens do espaço destinado à redação.

Debora Kymberly

ASSINATURA DO ESTUDANTE

01 Na atualidade, a internet é o maior meio de comunicação direta e indireta,
02 sendo então, um facilitador da interação coletiva. Logo, com intuito preda-
03 tório, golpistas utilizam desse artifício para manipular e induzir vítimas
04 a investir seu capital em operações fraudulentas. Dessa forma é válido
05 afirmar que, a falta de fiscalização por parte do governo e o desconhe-
06 cimento da população, são facilitadores para o aumento de golpes cibernéticos.
07 Em primeira análise, é importante compreender como a inércia legisla-
08 tiva contribui com a intensificação de crimes financeiros no espaço virtual.
09 Já que, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor em seu artigo
10 sexto, a proteção contra publicidades enganosas e abusivas é um direito, que,
11 em comparação à prática, não é efetivo. Sendo assim, o ciberespaço
12 se torna um ambiente hostil já que golpistas têm fácil acesso ao
13 público, o que facilita a manipulação de tais vítimas por meio de propa-
14 gandas tendenciosas. Portanto, a indiferença legislativa diante do exposto,
15 propicia o crescimento de fraudes na internet.
16 Em segunda análise, outra causa é a carência de informação
17 que não chega ao público de forma precisa. Desse sentido, cabe enfatizar
18 a frase proferida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman ao qual eluci-
19 da que "Muita informação não significa sabedoria". Sob essa lógica,
20 é evidente que a quantidade de informação, não é necessariamente
21 instrutiva, já que, os usuários são expostos a uma quantidade excessiva de
22 conteúdos, fazendo com que fiquem inertes à investigações de crimes
23 digitais. Com isso a falta de informação acarreta graves consequências aos usuários.
24 Fica claro, portanto, que a inércia legislativa e a carência de informações
25 são ~~for~~ facilitadores para o aumento de fraudes online e que medidas devem ser tomadas.
26 Assim, o poder legislativo, entidade de maior abrangência legal,
27 deve criar leis específicas a fim de punir tais crimes. Além disso,
28 disponibilizar conteúdos instrutivos em grandes canais de
29 comunicação, com a finalidade de disseminar informações sobre a temática.
30 Com isso, roubos virtuais irão diminuir consideravelmente.